

**Práticas e abordagens de educação emancipadora no contexto da  
socioeducação: um mapeamento sistemático da literatura**

Beatriz Ventorini Lins de Albuquerque<sup>1</sup>

Sean Wolfgang Matsui Siqueira<sup>2</sup>

**Resumo**

O cenário da socioeducação no Brasil é atravessado por uma multiplicidade de desafios que refletem desigualdades históricas e estruturais. Adolescentes em conflito com a lei, em sua maioria provenientes de contextos marcados por vulnerabilidade social, encontram um sistema ainda permeado por práticas herdadas de um passado assistencialista e punitivo. Nesse cenário, práticas pedagógicas de inspiração emancipadora, como a educação popular, a pedagogia crítica e a valorização da expressão juvenil, constituem alternativas potentes para promover o protagonismo, a reconstrução identitária e a inclusão social desses jovens. Entretanto, ainda há espaço para sistematização na literatura sobre como essas práticas são concebidas, aplicadas e avaliadas na literatura científica. Este mapeamento busca contribuir para preencher essa lacuna, contribuindo para o fortalecimento de perspectivas críticas e transformadoras no campo da socioeducação. Foram analisados 5 estudos de um total inicial de 84 identificados em duas bases de dados digitais (SciELO e Scopus).

**Palavras-chave:** Socioeducação; sistema socioeducativo; educação; práticas emancipadoras; pedagogia social.

**Abstract**

The socioeducation landscape in Brazil is marked by a multiplicity of challenges that reflect historical and structural inequalities. Adolescents in conflict with the law, mostly from socially vulnerable backgrounds, encounter a system still permeated by practices inherited from an assistentialist and punitive past. In this context, pedagogical practices inspired by emancipatory approaches, such as popular

---

<sup>1</sup> Administradora, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Informática da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor orientador: Sean Wolfgang Matsui Siqueira. E-mail: beatriz.ventorini@edu.unirio.br. Eixo temático: Educação Popular, Pedagogia Social, Arte e Cultura na Socioeducação.

<sup>2</sup> Ciência da Computação, professor titular no Programa de Pós-graduação em Informática da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, doutor em Informática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: sean@uniriotec.br. Eixo temático: Educação Popular, Pedagogia Social, Arte e Cultura na Socioeducação.

education, critical pedagogy, and the valuing of youth expression, represent powerful alternatives for fostering youth protagonism, identity reconstruction, and social inclusion. However, there is still room in the literature to systematize how these practices are conceived, implemented, and evaluated in scientific research. This mapping seeks to help fill that gap, strengthening critical and transformative perspectives in the field of socioeducation. Five studies were analyzed out of an initial total of 84 identified in two digital databases (SciELO e Scopus).

**Keywords:** Socioeducation; juvenile justice system; education; emancipatory practices; social pedagogy.

# 1 INTRODUÇÃO

O cenário da socioeducação no Brasil é atravessado por uma multiplicidade de desafios que refletem desigualdades históricas e estruturais. Adolescentes em conflito com a lei, em sua maioria provenientes de contextos marcados por vulnerabilidade social, encontram um sistema ainda permeado por práticas herdadas de um passado assistencialista e punitivo. Embora o país tenha avançado em termos legislativos e conceituais, persiste uma tensão entre os discursos de proteção e os mecanismos de controle que se materializam nas políticas e nas instituições socioeducativas. (Silva, Souza Neto e Moura, 2020)

Durante grande parte do século XX, a legislação voltada à infância e juventude consolidou uma visão paternalista e estigmatizante dos jovens em situação de vulnerabilidade. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, representou uma inflexão importante ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, rompendo com a lógica da “situação irregular” que prevalecia desde o antigo Código de Menores. No entanto, mesmo após esse marco normativo, práticas socioeducativas continuam, muitas vezes, a reproduzir estruturas de tutela, disciplinamento e segregação, distantes do ideal de promoção integral do desenvolvimento humano (Silva, Souza Neto e Pini, 2014).

A literatura evidencia que a educação desempenha papel central na construção de alternativas para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e que a falta de uma educação de qualidade é um dos principais fatores de vulnerabilidade e que contribuem para a entrada de adolescentes no sistema socioeducativo (Corrêa e Seixas, 2024; Silva, 2018). Contudo, as abordagens pedagógicas aplicadas nesses contextos tendem a se restringir a modelos corretivos ou de baixa qualidade, o que reforça estigmas, limita oportunidades e contribui para trajetórias de exclusão. Diversos estudos têm apontado que os jovens permanecem rotulados como “problemáticos” e “irrecuperáveis” no espaço escolar, situação que fragiliza sua autoestima, desmotiva a permanência nos estudos e, em muitos casos, favorece a evasão (Corrêa e Seixas, 2024).

Nesse cenário marcado por múltiplas exclusões, abordagens emancipadoras despontam como um caminho promissor para superar paradigmas tradicionais. Ao priorizar a autonomia, o protagonismo juvenil e a construção coletiva de saberes, essas abordagens reconhecem o potencial dos adolescentes como agentes de

transformação de suas próprias trajetórias, desafiando a reprodução de práticas punitivas e abrindo espaço para experiências educativas que realmente promovam inclusão e cidadania (Silva, 2018). Diferentes práticas com potencial de mediação cultural, expressão juvenil e valorização das experiências vêm sendo desenvolvidas e pesquisadas. Influenciadas por referenciais como a educação popular e a pedagogia crítica, essas práticas buscam não apenas transmitir conteúdos, mas possibilitar processos de reconstrução subjetiva, cidadania ativa e transformação social. Entretanto, ainda são dispersos na literatura científica os estudos sistematizados sobre como essas práticas são concebidas, aplicadas e avaliadas. A Pedagogia Social, consolidada na Europa e em crescente difusão no Brasil, parte de uma perspectiva educacional que articula dimensões formativas, éticas e políticas, concebendo os indivíduos como sujeitos ativos no processo educativo. Inspirada em princípios emancipatórios, ela se orienta para a promoção de autonomia, participação e justiça social, privilegiando práticas coletivas, dialógicas e contextualizadas. Diferentemente de modelos meramente assistenciais, a Pedagogia Social entende a educação como instrumento de transformação e de fortalecimento de vínculos comunitários, reconhecendo e potencializando saberes e experiências prévias dos educandos.

Neste artigo, a Pedagogia Social constitui o referencial que fundamenta a análise das práticas emancipatórias na socioeducação. Ao adotar essa abordagem, busca-se evidenciar como metodologias participativas e centradas no jovem podem reconfigurar o espaço socioeducativo, equilibrando responsabilização e garantia de direitos. Assim, o estudo contribui para sistematizar evidências sobre concepção, aplicação e avaliação de práticas que se alinham a essa perspectiva crítica e transformadora, reforçando o papel da socioeducação como espaço de inclusão, reconstrução identitária e cidadania. Este artigo analisou essas abordagens emancipadoras no contexto socioeducativo, discutindo seus fundamentos, desafios e potencialidades para a promoção de direitos e do desenvolvimento integral de adolescentes em conflito com a lei. Por meio de um mapeamento sistemático da produção acadêmica nacional e internacional sobre práticas e concepções de educação emancipadora no contexto da socioeducação, buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: como práticas e concepções de educação emancipadora têm sido abordadas pela literatura científica no contexto da socioeducação? Buscou-se identificar as práticas críticas já existentes no campo, dar

visibilidade a experiências pedagógicas inovadoras ou marginalizadas e subsidiar pesquisadores e educadores voltados à transformação social e à garantia de direitos desses jovens.

## **1.1 Objetivos**

Este estudo buscou atingir o seguinte objetivo geral: mapear e analisar as práticas e concepções de educação emancipadora presentes na literatura científica sobre socioeducação, incluindo fundamentos teóricos, resultados percebidos e principais desafios enfrentados.

Para atingir esse objetivo, foram propostas as seguintes questões de pesquisa (QP):

- QP1: Quais são as principais práticas e concepções de educação emancipadora no contexto da socioeducação?
- QP2: Quais são os principais resultados percebidos das práticas de educação emancipadora no contexto da socioeducação?
- QP3: Quais são os principais desafios enfrentados na aplicação de práticas de educação emancipadora no contexto da socioeducação?

## **1.2 Perspectiva teórico-metodológica**

O estudo se baseou na abordagem de Pedagogia Social (Silva, Souza Neto e Moura, 2020). A pesquisa teve finalidade exploratória e a análise de dados foi feita com abordagem qualitativa.

O método de pesquisa utilizado foi o mapeamento sistemático da literatura (MSL), seguindo as diretrizes do modelo SEGRESS (Kitchenham, Madeyski e Budgen, 2023). Na próxima seção, serão apresentados os detalhes de cada etapa do método.

## **2 MÉTODO**

Como fontes de informação, foram utilizadas as seguintes bases de dados: Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e Scopus.

Para padronizar as buscas, foi elaborada uma expressão de busca contendo dois conjuntos de palavras-chave: um referente ao contexto de socioeducação e outro referente a abordagens didáticas/pedagógicas. A expressão de busca foi refinada por meio de testes, até que capturasse uma quantidade significativa de estudos focados no tema pretendido. Para ampliar as buscas, optou-se por utilizar palavras-chave mais amplas e, no momento da análise dos textos, identificar aqueles que mencionavam expressamente abordagens didático-pedagógicas e/ou práticas docentes. A versão final foi aplicada em português e em inglês, utilizando as ferramentas de busca avançada de cada base de dados, e estruturada contendo as seguintes palavras-chave e operadores lógicos: *((socioeducação) OR (medidas socioeducativas) OR (conflito com a lei) OR (menor infrator)) AND ((pedagogia) OR (didática) OR ((prática OR estratégia OR abordagem\* OR método\*) AND (docente OR educativ\* OR educacional OR pedagógic\* OR instrucional)))*

Foram aplicados filtros limitando as buscas a estudos publicados a partir do ano 2000. As listas de estudos que retornaram nas buscas, com seus respectivos metadados, foram exportadas e tratadas com a ferramenta Microsoft Excel, gerando planilhas de metadados. Os textos completos de cada artigo, quando disponíveis, foram exportados no formato pdf. Obteve-se inicialmente um total de 84 artigos (6 na Scielo e 78 na Scopus), que foram filtrados seguindo critérios de exclusão e de inclusão: 58 artigos foram excluídos por não estarem disponíveis em texto completo, 1 por estar duplicado, 7 por estarem fora do escopo principal e apenas 5 foram selecionados para análise, por estarem alinhados ao tema da pesquisa (práticas e concepções de educação emancipadora no contexto da socioeducação).

O texto completo dos estudos selecionados foi analisado em busca de dados para responder às questões de pesquisa. Os dados obtidos foram registrados em uma planilha, com campos correspondentes a cada questão. Os dados de cada etapa do processo de seleção, caracterização dos estudos e extração dos dados foram registrados em planilhas e analisados sequencialmente.

A primeira etapa de análise foi a caracterização dos estudos: foram classificados em termos de abordagem da pesquisa, país de realização da pesquisa e ano de publicação. A segunda etapa foi a análise e consolidação das respostas às questões de pesquisa. A terceira etapa foi a discussão dos resultados.

### 3 RESULTADOS

O Quadro 1 apresenta a lista dos 5 estudos selecionados no MSL, organizados em ordem crescente do ano de publicação e, em seguida, em ordem alfabética pelo título do estudo. As subseções a seguir apresentarão as características desses estudos e os resultados detalhados.

ID	Ano	Título do estudo	Autores	Fonte
E1	2025	Teacher instructional approaches and student engagement and behavioral responses during literacy instruction in a juvenile correctional facility	Gagnon J.C.; Gurel S. et al.	Journal of Emotional and Behavioral Disorders
E2	2024	Professores de adolescentes em conflito com a lei: recursos, dificuldades e percepções	Santos, A.L.M.; Elias, L.C.S.	Psicologia Escolar e Educacional
E3	2024	Improving education for incarcerated children and young people: policy recommendations from three transnational projects in Europe	Shafi A.	Quality Education for All
E4	2022	Pedagogy matters: a framework for critical community-engaged courses in higher education	Coles-Ritchie M.; Power C.A. et al.	Gateways
E5	2018	Working with incarcerated indigenous and low socioeconomic status youth and their teachers to improve learning outcomes in mathematics	Ewing B.; Sarra G.	Curriculum Perspectives

**Quadro 1** – Lista de estudos selecionados no MSL

**Fonte:** Elaborado pela autora.

#### 3.1 Características dos estudos

Quanto ao método de pesquisa: dois estudos conduziram estudos de caso, um conduziu entrevistas, um conduziu observação e um conduziu experimento. Quanto ao país: dois estudos foram conduzidos nos Estados Unidos, um no Brasil, um na Austrália e um na Europa (em 14 países diferentes).

#### 3.2 Resultados da análise e da síntese

Esta seção apresenta as respostas às questões de pesquisa (QPs).

### 3.2.1 QP1: Quais são as principais práticas e concepções de educação emancipadora no contexto da socioeducação?

Os estudos analisados apresentam um panorama rico e variado das práticas pedagógicas aplicadas em contextos socioeducativos. E3 aborda três projetos educacionais europeus (RENYO, AG4C e S4L) e descreve metodologias explicitamente inovadoras e emancipatórias: *Autentic Inquiry* para reengajar jovens, *Active Games for Change* para desenvolver competências socioemocionais e *Skills4Life* para preparar a reintegração comunitária. Todas são construídas sob medida, centradas no jovem e voltadas à autonomia e à preparação para a vida após a custódia. E1 analisa abordagens instrucionais em aulas de leitura e, apesar de não descrever expressamente práticas emancipadoras, caracteriza padrões de ensino tradicionais (interações diretas, oportunidades de resposta, elogio) e sua relação com o engajamento dos estudantes. E2 apresenta professores de adolescentes em liberdade assistida e traz práticas muito próximas da educação emancipadora, como estabelecer vínculos afetivos, adaptar conteúdos à realidade do aluno, valorizar múltiplas dimensões de aprendizagem (arte, música, habilidades sociais), usar atividades em grupo e recursos lúdicos e contar com a psicologia escolar para mediar preconceitos e fortalecer os professores. E4 é o mais explícito em termos de concepção crítica e emancipadora. Fundamenta-se em pedagogias feministas e críticas, com co-docência universidade–centro juvenil, planejamento conjunto, reflexão crítica, redistribuição de poder e reconhecimento dos jovens como coautores de conhecimento. A prática se estrutura para romper com o modelo bancário e criar consciência crítica; o estudo menciona propostas freireanas. E5 aborda o ensino de matemática a jovens indígenas e/ou de baixa renda australianos em custódia e adota metodologia decolonial e colaborativa entre professores e alunos, além de enfatizar diagnóstico individualizado, diferenciação, contextualização cultural e atividades práticas interativas. A concepção é responsiva e inclusiva, alinhando-se a uma pedagogia emancipadora em matemática. Em síntese, quatro textos (E2, E3, E4 e E5) apresentam práticas explicitamente emancipatórias; um (E1) serve mais como evidência de contextos tradicionais e da necessidade de mudança das práticas e abordagens.



### 3.2.2 QP2: Quais são os principais resultados percebidos das práticas de educação emancipadora no contexto da socioeducação?

Há um conjunto de resultados positivos relatados nos textos. Por exemplo, em E3, dados quantitativos e qualitativos mostram reengajamento rápido de jovens em educação, aumento significativo de competências socioemocionais (consciência social, autocontrole, tomada de decisão responsável e outros) e melhor preparo para reintegração comunitária. Já em E1, não há resultados de longo prazo; o texto traz apenas resultados imediatos de engajamento e comportamento. Mostra maior probabilidade de respostas adequadas com interações diretas ou oportunidades de resposta. Em E2, os professores percebem melhorias na disposição ao diálogo, respeito às regras básicas, desenvolvimento de habilidades sociais e sentimento de pertencimento quando usam estratégias adaptadas e valorizam potencialidades. Atividades lúdicas e vínculo professor–aluno são vistos como fatores de proteção e apoio ao desenvolvimento socioemocional. Em E4, os resultados evidenciam elevação da consciência crítica de estudantes universitários e jovens do centro de socioeducação, maior engajamento com temas relevantes, formação de vínculos autênticos, validação e pertencimento (“trataram-nos como iguais”), aprendizagens transferíveis (jovem levando material para ensinar irmãs). Os temas “tabu” se mostraram mais eficazes para engajamento. Os resultados de E5 indicam maior engajamento e motivação com ensino prático e individualizado: estudantes em diferentes níveis de ensino apresentam maior engajamento quando realizam tarefas significativas para eles; diagnósticos e planos individualizados favorecem o progresso e a participação e atividades interativas aumentam o envolvimento. Em contraste, atividades com planilhas e livros de forma isolada desengajam os jovens e, de forma surpreendente, muitos jovens responderam que preferem aprender matemática da forma tradicional, no “quadro branco com apoio do professor”. Em resumo, quatro textos (E2, E3, E4 e E5) relatam resultados positivos associados a práticas emancipatórias, de diferentes formas, em diferentes contextos de socioeducação e em diferentes países, e um (E1) traz resultados parciais sobre engajamento imediato, sem considerar avaliações de longo prazo e sem mencionar abordagens com escopo mais amplo.

### 3.2.3 QP3: Quais são os principais desafios enfrentados na aplicação de práticas de educação emancipadora no contexto da socioeducação?

Os textos também destacam limitações e desafios importantes. Em E3, vê-se que o grau de sucesso varia entre países e depende de recursos, da formação dos educadores, do apoio da liderança e do manejo de facilitadores/barreiras para criar as condições adequadas. E1 aborda indiretamente desafios estruturais: predomínio de engajamento passivo, baixo uso de elogios, diferenças sutis no tratamento de alunos com e sem deficiência, dificuldade de tornar as interações mais responsivas e motivadoras. E2 destaca lacunas significativas de aprendizagem (sobretudo de leitura e escrita), dificuldade de fazer a escola ter sentido para os jovens, resistência e comportamento inadequado em sala de aula, dificuldade para envolver a família, estigma social, preconceitos de parte dos professores e falta de suporte institucional para formação continuada. Além disso, estratégias de manejo nem sempre foram eficazes. E4 traz a variação na abertura dos estudantes à consciência crítica, a assimetria de poder com a equipe e as normas institucionais, a necessidade de preparo pedagógico dos universitários, resistência a conteúdos de gênero e LGBTQIA+, relações de curto prazo que exigem estratégias para criar conexão rápida, dependência de parcerias fortes para curadoria de conteúdo, logística e co-docência. E5 destaca a alta transitoriedade dos jovens e o pouco tempo para avaliar/intervir, a grande diversidade de trajetórias e contextos dos jovens, a natureza da escola, a heterogeneidade de níveis de aprendizagem, o risco de desengajamento com tarefas descontextualizadas, estigma e questões de imagem entre pares, necessidade de diagnósticos individualizados e complexos para ajustes, desvantagens históricas de indígenas e jovens de baixa renda e contexto de detenção impondo limites ao ritmo e à continuidade do aprendizado.

## 4 DISCUSSÃO

Os resultados do mapeamento evidenciam que práticas pedagógicas inspiradas em abordagens emancipadoras (como metodologias ativas, educação popular, pedagogia crítica e estratégias de contextualização e valorização das potencialidades juvenis) constituem alternativas importantes para transformar os resultados da socioeducação. Ainda que com pouca representatividade na literatura,

verifica-se que, em diferentes contextos nacionais e internacionais, essas práticas têm sido experimentadas para fortalecer vínculos entre educadores e adolescentes, aumentar o engajamento, viabilizar projetos de vida, estimular competências socioemocionais e, sobretudo, oferecer experiências educacionais que rompem com a lógica puramente punitiva. A convergência dos estudos analisados demonstra que colocar o adolescente como coautor de seu processo formativo potencializa tanto a aprendizagem quanto a reconstrução identitária.

Entretanto, os estudos também revelam que a implementação dessas práticas emancipatórias não ocorre sem desafios. Persistem lacunas significativas de aprendizagem, alta heterogeneidade de níveis educacionais nas turmas, estigmas sociais, preconceitos entre profissionais, dificuldade de envolver famílias e limitações institucionais de recursos, tempo e formação continuada. Além disso, há contextos em que prevalecem abordagens tradicionais, com predomínio de engajamento passivo, baixa utilização de elogios e poucos mecanismos de participação juvenil.

Por fim, os dados da literatura sugerem uma carência de sistematização e avaliação robusta dessas experiências no campo da socioeducação. Embora a maioria das práticas analisadas apresentem resultados positivos, há escassez de dados, especialmente longitudinais, que permitam verificar impactos sustentados sobre indicadores como realização de projetos de vida, desenvolvimento acadêmico e nível de autonomia dos adolescentes. Pesquisas futuras poderiam investir em metodologias participativas que deem voz aos jovens e educadores, em análises comparativas entre diferentes contextos institucionais e em abordagens mistas que combinem dados qualitativos e quantitativos, contribuindo para a consolidação de um corpo teórico e prático mais sólido no tema.

Os dados deste mapeamento corroboram a ideia de que é fundamental implementar políticas públicas e diretrizes nacionais que incentivem abordagens emancipatórias no sistema socioeducativo, com recursos específicos para formação continuada de educadores, adaptação curricular e fortalecimento de redes intersetoriais (escola–família–comunidade). É fundamental que as políticas privilegiem abordagens centradas no protagonismo juvenil, na contextualização cultural e na preparação para a vida após a desinstitucionalização. Em conjunto, essas ações podem fortalecer uma socioeducação mais crítica, inclusiva e transformadora, capaz de superar práticas assistencialistas e punitivas e de oferecer

reais oportunidades de aprendizagem e reintegração social para adolescentes em conflito com a lei. Os projetos de vida dos adolescentes não podem ficar “na gaveta”.

#### **4.1 Implicações para pesquisas futuras e limitações do estudo**

Os achados do mapeamento apontam para a necessidade de ampliar investigações empíricas e teóricas sobre práticas emancipatórias na socioeducação. Há espaço para estudos que aprofundem o modo como tais práticas são concebidas, aplicadas e avaliadas, bem como seus efeitos de longo prazo nos projetos de vida dos jovens, no desenvolvimento de competências socioemocionais e acadêmicas e no fortalecimento da autonomia dos adolescentes. Pesquisas futuras podem explorar comparações entre diferentes contextos institucionais, metodologias participativas que deem voz aos jovens e aos educadores, análises longitudinais que identifiquem impactos sustentados no tempo e abordagens mistas que combinem dados qualitativos e quantitativos para mensurar resultados de forma mais abrangente.

Este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. O número reduzido de artigos analisados e a concentração em determinados contextos institucionais limitam a generalização dos resultados. Além disso, a diversidade terminológica e metodológica dos estudos dificulta a comparação direta entre experiências e pode levar à sub-representação de práticas emancipatórias não publicadas ou disponíveis apenas em relatórios institucionais. Tais limitações reforçam a importância de estratégias de busca mais amplas, de repositórios que incluam literatura cinza e de critérios comuns para avaliação das intervenções, permitindo um panorama mais completo e sistemático sobre o tema.

### **3 CONCLUSÃO**

Este trabalho permitiu identificar e sistematizar evidências sobre práticas didático-pedagógicas de inspiração emancipadora no contexto da socioeducação. A análise dos cinco estudos selecionados revelou um conjunto expressivo de iniciativas que, em maior ou menor grau, buscam superar paradigmas assistencialistas e punitivos historicamente presentes no sistema socioeducativo brasileiro e internacional. Essas iniciativas incluem metodologias ativas, abordagens decoloniais, uso de atividades lúdicas, individualização de diagnósticos e ajustes, co-docência e

parcerias interinstitucionais, todas centradas na valorização das potencialidades dos adolescentes, no reconhecimento de seus contextos socioculturais e no fortalecimento de vínculos pedagógicos.

Os resultados percebidos nessas experiências indicam que práticas emancipatórias favorecem a reaproximação dos adolescentes com a aprendizagem, ampliam suas competências socioemocionais, potencializam vínculos afetivos com professores e colegas e fortalecem a consciência crítica sobre desigualdades estruturais. Em alguns casos, essas práticas se mostraram capazes de engajar mesmo os jovens mais desmotivados, gerar aprendizagens transferíveis para a vida cotidiana e criar condições para trajetórias de vida mais positivas.

Por outro lado, os estudos também evidenciam desafios significativos para a implementação dessas práticas: lacunas educacionais prévias, elevada heterogeneidade de níveis de aprendizagem, transitoriedade dos adolescentes no sistema, dificuldade de envolvimento das famílias, estigmas e preconceitos ainda presentes entre profissionais, limitações de recursos institucionais e resistências a conteúdos sensíveis ou inovadores. Esses fatores ressaltam a necessidade de políticas integradas, formação continuada dos educadores e fortalecimento das redes de apoio intersetoriais para que práticas emancipatórias possam se consolidar.

Conclui-se que, embora existam experiências promissoras e resultados positivos, ainda há espaço para avançar na sistematização e avaliação científica dessas práticas no campo da socioeducação. Este estudo contribuiu para preencher essa lacuna ao reunir e analisar evidências de diferentes contextos, fortalecendo perspectivas críticas e transformadoras. O desafio futuro é traduzir esse conhecimento em políticas públicas, currículos e ações pedagógicas capazes de equilibrar responsabilização e garantia de direitos, consolidando a socioeducação como um espaço de inclusão, reconstrução identitária e exercício de cidadania.

## REFERÊNCIAS

COLES-RITCHIE M.; POWER C.A.; FARRELL C.; VALERIO M.. Pedagogy Matters: A Framework for Critical Community-Engaged Courses in Higher Education. **Gateways**, v.15, n.1, 2022. DOI: 10.5130/ijcre.v15i1.8144

CORRÊA, A. B. A. V.; SEIXAS, C. P.. Medidas socioeducativas e seus aspectos pedagógicos no estado de Sergipe: uma revisão sistemática das publicações de 2018 a 2023. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 10, n. 3, p. 320–341, 2024. DOI:

10.12957/riae.2024.82459. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/82459>

EWING B.; SARRA G.. Working with incarcerated indigenous and low socioeconomic status youth and their teachers to improve learning outcomes in mathematics. **Curriculum Perspectives**, v.38, n.2, 2018. DOI: 10.1007/s41297-018-0056-8

GAGNON J.C.; GUREL S.; BARBER B.R.; HOUCHINS D.E.; LANE H.B.; MCCRAY E.D.; LAMBERT R.G.. Teacher Instructional Approaches and Student Engagement and Behavioral Responses During Literacy Instruction in a Juvenile Correctional Facility. **Journal of Emotional and Behavioral Disorders**, v.33, n.3, 2025. DOI: 10.1177/10634266241231976

KITCHENHAM, B.; MADEYSKI, L.; BUDGEN, D.. SEGRESS: Software Engineering Guidelines for REporting Secondary Studies. **IEEE Trans. Softw. Eng.** v. 49, n. 3, p. 1273–1298, 2023. DOI: 10.1109/TSE.2022.3174092

SANTOS, A.L.M.; ELIAS, L.C.S.. Professores de adolescentes em conflito com a lei: recursos, dificuldades e percepções. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 28, 2024. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572024000100211&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572024000100211&lang=pt)

SHAFI A.. Improving education for incarcerated children and young people: policy recommendations from three transnational projects in Europe. **Quality Education for All**, v.1, n.1, 2024. DOI: 10.1108/QEA-03-2024-0032

SILVA, R. (Org.). **Didática no cárcere II: entender a natureza para entender o ser humano e o seu mundo**. São Paulo: Giostri, 2018.

SILVA, R.; SOUZA NETO, J. C.; MOURA, R. A.. (Orgs.). **Pedagogia social**. Vol.1. 4.ed. São Paulo: Expressão e arte, 2020.

SILVA, R.; SOUZA NETO, J. C.; PINI, F. R. (Orgs.). **Pedagogia social, ciência da delinquência: o olhar da USP sobre o ato infracional, o infrator, as medidas socioeducativas e suas práticas**. Vol. 6. 1.ed. São Paulo: Expressão e arte, 2014.